

Governo poderá modificar plano do Congresso para a Previdência

por Marta Salomon
de Brasília

O governo poderá rever o aumento da alíquota do Finsocial aprovado pelo Congresso. O Ministério da Economia estuda o impacto do aumento da alíquota de 1,2% para 2% sobre os preços e até sobre as exportações brasileiras. As empresas exportadoras — isentas atualmente da tributação — passariam a ter que pagar o Finsocial sobre o faturamento, segundo o Plano de Custeio da Previdência Social. "Isso comprometeria as exportações", avaliou o secretário-adjunto de Política Econômica, Markus Antônio Rodrigues Tavares.

Até a próxima semana deverá travar-se uma disputa entre os técnicos da Previdência Social e do Ministério da Economia. O resultado será levado como proposta de vetos ao presidente Fernando Collor de Mello. Até a segunda semana de setembro, o presidente deverá sancionar o novo Plano de Benefícios e Custeio da Previdência, cuja versão aprovada pelo Congresso contrariou o governo.

A área econômica é mais pessimista. A avaliação preliminar no Ministério da Economia revela que o aumento no Finsocial e das contribuições sobre o lucro das empresas do setor financeiro não será suficiente para cobrir os novos gastos com os benefícios aprovados.

O impacto medido pelo Ministério do Trabalho e Previdência seria de 20% sobre a atual folha de benefícios. "A Previdência não vai falir", aposta o diretor do departamento de Previdência Social, Celecino de Carvalho Filho.

O raciocínio está baseado, porém, no comportamento favorável do nível de emprego e da massa de salários. Celecino argumenta que depois de uma queda nos três primeiros meses do plano Collor, a receita da Previdência se estabilizou em junho e voltou a crescer em agosto. "Se não houver recessão, com desempenho ou queda do salário real, fecharemos este ano com equilíbrio e

não teremos problemas nas contas no próximo ano", afirmou.

A Previdência conta com o aval do presidente Collor para o aumento da tributação sobre o faturamento e o lucro das empresas (de 14 para 15% no setor financeiro). O Ministério da Economia não descarta alterações no Plano de Custeio da Previdência, apesar de contar com o aumento do Finsocial e da contribuição sobre o lucro do setor financeiro para cobrir os gastos aprovados pelo Congresso.

A elevação do piso dos benefícios para um salário mínimo é o que mais vai repercutir nas despesas da Previdência, de cerca de Cr\$ 950 bilhões neste ano. Os 4,5 milhões de aposentados e pensionistas rurais ganham atualmente meio salário mínimo. Mas ao contrário da disposição inicial da liderança do governo no Congresso, o piso deverá ser concedido de uma só vez, a partir de janeiro. O Poder Executivo conta com o prazo para regulamentar a lei de benefícios.

Celecino Carvalho adiantou que existe consenso na área técnica para vetar o pagamento do 13º salário retroativo a 1989 e também do dispositivo que garante o pagamento da diferença do cálculo da aposentadoria. "Falta a decisão política", disse. As correções no projeto de lei serão editadas através de Medida Pro-

visória, informou o diretor.

O governo terá mais tempo para analisar o impacto dos benefícios aprovados na última quinta-feira, como a concessão do abono-família quando a renda per capita for inferior à quarta parte do salário mínimo. A Lei Orgânica da Assistência Social prevê também o

pagamento de um salário mínimo mensal para idosos e deficientes físicos. Sem conseguir impedir a aprovação do projeto no Senado, a liderança do governo já acenou com possíveis vetos do presidente Fernando Collor. Ele terá quinze dias úteis para os vetos, contados a partir de hoje.